MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

CONCURSO PÚBLICO

PROCURADOR

DIREITO
CIVIL E COMERCIAL

DIREITO
PROCESSUAL CIVIL

INSTRUÇÕES

- **Observe o número máximo de linhas determinado para responder às questões.**
- **A prova deverá ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.**
- **As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho constantes neste caderno de prova são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.**
- **Não faça uso de corretivo ou de borracha nas folhas do caderno de resposta.**
- **Não assine, nem identifique qualquer folha do caderno de resposta.**
- **O valor de de cada uma das questões será 25 (vinte e cinco) pontos. O número máximo de pontos das quatro questões de cada prova será igual a 100 (cem).**
- **A nota atribuída a cada questão da Prova Discursiva poderá variar de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos.**
- **A avaliação abrangerá, além dos conhecimentos jurídicos, o domínio do tema jurídico expresso pela sua compreensão, fundamentação e consistência da argumentação; o domínio do padrão culto da língua portuguesa e dos princípios de produção de textos objetivos, claros e coesos.**
- **O material de uso permitido consiste apenas de legislação nacional não comentada, em código ou em separata, e será objeto de inspeção antes do início de sua realização quanto à existência de anotações não permitidas.**
- **Por anotações permitidas se entende tão-somente as remissões a dispositivos legais.**
- **Poderão ser utilizados os verbetes sumulares dos tribunais superiores, sem comentários.**
- **Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.**
- **Receberá a nota zero: fuga ao tema, inexistência de texto e/ou de identificação em local indevido.**
- **A duração máxima da prova é de 6 h.**

PROVA DISCURSIVA
Caderno de Questões

Realização

FUNDAÇÃO JOÃO GOULART
INSTITUTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PCI Concursos

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

Questão 1: (máximo de 120 linhas)

No Direito Civil, a prescrição é um modo de extinção da obrigação? Analise a questão à luz da doutrina e da legislação.

RASCUNHO

RASCUNHO
PCI Concursos

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

Questão 2: (máximo de 120 linhas)

Pretendendo criar uma sociedade de economia mista municipal para a prestação de serviço público de interesse local, o Prefeito Municipal lhe formula as seguintes questões:

a) quais os requisitos para a criação da sociedade?

b) a partir de que momento se considera criada a sociedade?

c) é possível que a sociedade tenha suas ações negociadas em bolsa de valores?

Justifique as respostas.

RASCUNHO

RASCUNHO
PCI Concursos

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

Questão 3: (máximo de 120 linhas)

A sociedade Constrói Sem Parar S/A obtém junto à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu aprovação de projeto de loteamento e, posteriormente, de licença para construir em área de sua propriedade. Poucas semanas após o início da execução do empreendimento, o Ministério Público Estadual ingressa com ação civil pública em face da edilidade e da aludida sociedade empresária, visando à paralisação das obras no local, tendo em vista os graves danos ambientais que a execução do projeto estava causando, bem como formulando pedido de ressarcimento à coletividade pelos danos materiais e morais havidos.

Considerando que, efetivamente, a execução do projeto ensejava sérios danos ecológicos, comprometendo o equilíbrio ambiental da área e determinando a destruição parcial de bosque existente no local, o que gerou relevante impacto no sentimento coletivo da comunidade da referida região, responda às seguintes indagações, abordando todas as questões jurídicas envolvidas e indicando eventuais controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais a respeito:

a) existe a possibilidade de configuração de dano moral decorrente de dano ao meio ambiente?

b) no caso apresentado, seria juridicamente acertada eventual sentença condenatória que reconhecesse a existência de dano moral de natureza transindividual?

RASCUNHO

RASCUNHO

PCI Concursos

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

Questão 4: (máximo de 120 linhas)

Em determinado município, empresa permissionária de serviço público de interesse local (transporte coletivo urbano) e a respectiva prefeitura costumavam firmar parcerias para pavimentação de logradouros públicos, que é da competência do Município, mas que convinha à aludida empresa, por se tratar de logradouros pelos quais trafegavam seus ônibus. A empresa fornecia os caminhões e os trabalhadores necessários ao serviço de pavimentação e à Prefeitura incumbia o empréstimo do rolo compressor ou máquina compactadora, com o respectivo operador, além do fornecimento da massa asfáltica necessária. E assim foi feito por várias vezes.

Em determinada parceria, porém, faltou ao serviço o operador do rolo compressor. O administrador da obra, engenheiro da Prefeitura, escolheu um dos trabalhadores da empresa, que, por acaso, era motorista profissional, para substituir o operador da máquina que compactava o asfalto, até porque este já estava pronto, faltando apenas ser utilizado. Durante todo o dia, os trabalhos ocorreram com absoluta normalidade, mas, ao término dos serviços, a mencionada máquina compactadora, ao ser levada para o local escolhido pela prefeitura para sua guarda, apresentou defeito, pois ao subir uma pequena elevação, a máquina parou e, com ela parada, o freio não funcionava, razão pela qual desceu de marcha a ré, vindo a subir na calçada e matando uma pessoa, apesar dos esforços do seu condutor.

O marido da vítima propôs ação de indenização contra a empresa de transporte coletivo, sob o fundamento de que o operador da máquina era seu empregado, e também contra o Município, pois este era o proprietário da máquina.

Citado, o Município deve apresentar defesa.

Você, como Procurador designado, apresente os respectivos fundamentos da defesa do Município.

RASCUNHO
PCI Concursos

RASCUNHO

PCI Concursos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 1: (máximo de 120 linhas)

Tulius, servidor público inativo do Município de Nova Iguaçu, propõe, em janeiro de 2004, ação ordinária em face da Administração Municipal requerendo que seja declarada inconstitucional a incidência, sobre seus proventos, da contribuição previdenciária instituída pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal Brasileira. Postula, ainda, o autor, que sejam restituídas as quantias recolhidas a este título. Os pedidos são julgados procedentes em decisão judicial transitada em julgado em julho de 2004.

Citado o Município de Nova Iguaçu, em janeiro de 2006, na forma do art. 730 do CPC, aponte, na qualidade de Procurador do referido ente, as medidas judiciais cabíveis, após referida citação, para resguardo do interesse público, considerando que o STF declarou a referida cobrança constitucional.

RASCUNHO

PCI Concursos

RASCUNHO

PCI Concursos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 2: (máximo de 120 linhas)

A empresa Inovação S/A saiu-se vencedora em um certame licitatório promovido pelo Município de Nova Iguaçu, e com ele celebrou contrato para a realização de determinadas obras, ficando a cargo de uma autarquia federal o repasse dos valores necessários para o seu custeio, por força de convênio administrativo firmado entre as duas pessoas jurídicas de Direito Público.

Uma vez proposta ação de cobrança pela empresa contratada em face do Município, distribuída para a Terceira Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, visando ao recebimento dos valores pactuados, qual a medida judicial que deve ser adotada pelo Procurador do ente público, nos autos da aludida ação, indicando a sua natureza jurídica, os princípios que a inspiram, o seu escopo e a conseqüência processual do seu recebimento pelo Juiz, tendo em vista a redação do art. 87, do CPC.

Fundamente sua resposta:

RASCUNH

PCI concursos

RASCUNHO

PCI Concursos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 3: (máximo de 120 linhas)

Sindicato de servidores públicos municipais impetrou, em favor de seus sindicalizados, mandado de segurança coletivo contra ato do Secretário de Administração do Município de Nova Iguaçu, que teria indeferido a extensão de determinada vantagem percebida pelos servidores da Câmara aos servidores do Executivo. O ato ainda era passível de recurso para o Sr. Prefeito, tendo, entretanto, o sindicato ajuizado *writ* sem a interposição da referida irresignação.

O Juiz, ao receber a inicial, determinou que viesse a anuência de todos os sindicalizados, o que foi atendido, tendo o Magistrado deferido a liminar para estender a citada vantagem.

Após as informações da autoridade coatora, o Município pediu vistas para impugnar o *writ*, tendo o Juiz negado o pedido ao argumento de falta de previsão no rito da Lei do mandado de segurança, que deve ser observada.

Vindo o parecer do Membro do MP contrário à segurança, o Juiz proferiu, ao final, sentença denegatória por entender não haver direito líquido e certo.

Na mesma semana, o Magistrado extinguiu, sem julgamento do mérito, diversos outros mandados de segurança individuais, com base na decisão do mandado de segurança coletivo, que postulavam referida vantagem.

Após a leitura do texto responda o candidato as seguintes indagações de forma objetiva e justificada:

a) Procede a exigência do Juiz para que todos os sindicalizados dêem anuência ao mandado de segurança coletivo?
b) É possível a impetração do *writ* sem o prévio recurso ao Prefeito?
c) É possível o deferimento da extensão da vantagem pecuniária em sede de liminar?
d) Foi correto o indeferimento de vista para o Município impugnar?
e) Caso tivesse sido deferida a segurança, a execução do julgado estaria sujeita a algum limite temporal?
f) No caso acima, caberia a execução provisória da sentença?
g) É possível que o sindicato, diante da decisão denegatória do mandado de segurança coletivo, recorra às vias ordinárias no caso?
h) Foi correto o ato do Magistrado de extinguir os mandados de segurança individuais com base na coisa julgada do mandado de segurança coletivo?

RASCUNHO
PCI Concursos

PCI Concursos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 4: (máximo de 120 linhas)

Responda o candidato às seguintes indagações acerca da ação monitória:

a) A perda do prazo para propositura da ação executiva ilide a possibilidade de propositura de ação monitória?

b) Cabe ação monitória contra a fazenda pública?

c) É possível reconvenção no rito procedimental da ação monitória?

RASCUNHO